

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2021

TERMO DE JUSTIFICATIVA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para serviços de auditoria de certificação do programa pró-gestão RPPS.

Base Legal: Artigos 23, inciso II, alínea “a”, e 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93.

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - PREVIBREJO, com sede na Rua Capitão Enéas, nº. 538, centro, Francisco Sá-MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.1333862/0001-80, representada por seu Diretor Executivo, Sr. Elvis Henrique Ruas Rodrigues, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, necessita contratar pessoa jurídica para serviços de auditoria de certificação do programa pró-gestão RPPS.

O valor proposto no menor orçamento enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea “a” e no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, referindo-se à dispensa de licitação para compras, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

O art. 24, II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação quando o valor para contratação de serviços for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, “a”, R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...) II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a do inciso II do artigo anterior**, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;”

***“Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites*, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso

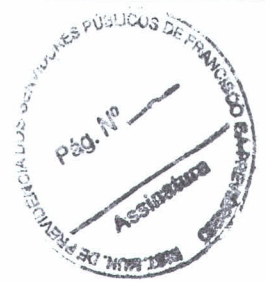
anterior:

mil reais);”

a) convite – até R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



A empresa que ofertou a menor proposta, apresentou valor total de R\$ 3.500,00 (três mil, quinhentos reais) para fornecimento dos serviços, valor abaixo do estimado nos artigos supra citados, sendo inferior aos 10% (dez por cento) do referido valor.

Nota-se que o valor da contratação é inferior ao limite determinado para dispensa de licitação para compras de materiais e serviços, e que um processo licitatório seria muito mais oneroso para o Instituto de Previdência.

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236)1,

“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”

A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório.

Assim sendo, atendido o disposto nos artigos 23, inciso II, alínea “a”, e 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e de forma a cumprir os requisitos legais, apresentamos a presente Justificativa para ratificação.

Francisco Sá, 18 de janeiro de 2021.


Presidente da CPL

* JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004.